



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE CONVITE

Nº 03/2015
(REPETIÇÃO)

OBJETO:

(Contratação de empresa prestadora de serviços de construção e engenharia para obra de Reforma e Ampliação do Muro do Depósito Judicial do Fórum da Comarca de Campina Grande/PB)

Processo Administrativo nº 343.937-2 (316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

ABERTURA: 11 de setembro de 2015, ÀS 10:00 HORAS.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, com sede na Praça João Pessoa, s/n, na cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 1.305/2015, de 12 de junho de 2015, publicada no Diário da Justiça do Poder Judiciário de 15 de junho de 2015, e nº 317/2015, de 09 de fevereiro de 2015, publicada no Diário da Justiça do Poder Judiciário, de 13 de fevereiro de 2015, e autorização expedida pelo Presidência do Tribunal de Justiça, torna público aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **CONVITE**, no dia **11 de setembro de 2015, ÀS 10:00 horas**, na sala da Comissão de Licitação, instalada no 5º andar do Anexo Administrativo do Tribunal de Justiça Des. Archimedes Souto Maior, situado a Praça Venâncio Neiva, s/n, Centro, João Pessoa/PB, **sob a forma de execução indireta, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, em Regime de Execução de Empreitada por PREÇO UNITÁRIO.** A presente licitação será regida pela Lei n. 8.666/93, Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de construção e engenharia para **obra de reforma e ampliação do muro do Depósito Judicial do Fórum da Comarca de Campina Grande/PB**, conforme especificações estabelecidas no **Projeto Básico e seus complementos – Anexo I** deste edital.

2 - DA DOTAÇÃO

2.1 - Os recursos para fazer face as despesas, correrão por conta da funcional programática **05.101.02.122.5046.4194.33.90.39** Fonte de Recurso 100 e/ou **05.901.02.122.5046.4194.33.90.39** Fonte de Recurso 270.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente certame, as empresas convidadas, legalmente constituídas e especializadas, inscritas ou não na sessão de Cadastro de Fornecedores deste Tribunal de Justiça ou de qualquer outro órgão, bem como aquelas que manifestarem interesse em participar do certame com antecedência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da data marcada para a entrega dos envelopes.

3.2 - Não poderão participar da presente licitação;

3.2.1 - os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93;

3.2.2 – tenham objeto social incompatível com o objeto licitado, de acordo com a tabela CNAE;

3.3 - Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES “A” E “B” E DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

4.1 - Os envelopes “A” e “B”, contendo respectivamente a documentação referente à habilitação e proposta de preço, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, contendo na face de cada qual os seguintes dizeres:

CONVITE Nº. 003/2015

ENVELOPE “A” - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: _____



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

CONVITE Nº 003 /2015

ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS

PROPONENTE: _____

4.2 - Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma carta de credenciamento, a qual deverá ser entregue, em envelope fechado, à Comissão de Licitação na data de abertura do envelope “A”.

5. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

5.1 – **Empresa cadastrada**, conforme artigos 34 a 37 da Lei nº 8.666/93:

a) CRC – Certificado de Registro Cadastral do próprio Tribunal de Justiça ou o SIREF – Sistema Integrado de Registro de Fornecedores do Estado da Paraíba, vigente, que atenda aos requisitos previstos na Lei nº 8.666/93, em substituição à documentação concernente à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal, no qual deverá constar, impreterivelmente, os prazos de validade de cada documento. Será permitida a juntada de certidões atualizadas, como forma de suprir a regularidade do cadastro, desde que o mesmo encontre-se dentro de sua validade e que a certidão esteja dentro do envelope de habilitação/preço. No caso, da licitante colocar dentro do envelope outros documentos, estes também serão analisados, podendo ser motivo de desclassificação. **Não será aceito o registro cadastral do SICAF, em virtude deste Órgão não ser abrangido pelo referido sistema, conforme disposição do parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 3.555/2000;**

b) Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei nº 12.440/2011, (caso não esteja incluso no CRC ou SIREF).

c) - **Qualificação Técnica**

C.1) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

c.1.1 - Certidão de registro de quitação do proponente e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, da sede do licitante **dentro de seu prazo de validade.**

c.1.2. - Apresentar pelo menos um atestado expedido por órgão da administração pública ou privada, devidamente registrado(s) no CREA, acompanhado da(s) respectiva (s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA de sua jurisdição, que comprove responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela execução de serviços com as características descritas neste Projeto Básico e comprovar responsabilidade técnica pela execução de serviços com as características abaixo indicadas, cumulativas ou não.

- Concreto ciclopico com concreto de fck=20MPa. Total mínimo = 4,5 m³.

5.1.1 - Declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo no **Anexo IV – Modelo de declaração de que não emprega mão-de-obra infantil, do presente edital;**

5.1.2 - Declaração, em papel timbrado, de que não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação, conforme modelo no **Anexo III – modelo de declaração de que não há superveniência de fato impeditivo**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

para habilitação do presente edital;

5.1.3 - O Termo de Vistoria ,**Complemento VI do Projeto Básico – Modelo de Termo de Vistoria** , será fornecido em papel timbrado do próprio TJ, pelo servidor designado pela Gerência de Engenharia;

a) A vistoria de que trata este item, deverá ser agendada/marcada através de contato com a Gerência de Engenharia, Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Praça João Pessoa, S/N, Centro – João Pessoa -PB, CEP: 58.013-140- Fone: (83) 3216-1400/1591, sendo o endereço a ser vistoriado o seguinte: Rua Paraíba nº 300, Liberdade – Campina Grande/PB ,telefone (83)3310-2400.

b) Caso a empresa opte por não realizar a visita, o representante legal da empresa deverá emitir declaração em papel timbrado da empresa de que assume todos os riscos e possíveis diferenças existentes entre a planilha e o encontrado no local da execução de serviço, conforme Art. 17 e 18 da Resolução 114 do CNJ; (Anexo IX).

c) Com a emissão da declaração, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada.

5.1.4 - Termo de compromisso, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a este Tribunal de Justiça, na forma do art. 3º da Resolução nº 07/2005, de 18 de outubro de 2005, com a redação dada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, conforme modelo constante do **Anexo V– Modelo de Termo de Compromisso de que não empregará cônjuge ou parente de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, membro ou de Juiz vinculado ao Tribunal de Justiça da Paraíba.** do presente edital;

5.1.5 – Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte - comprovar o seu enquadramento mediante apresentação de Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, expedida pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte que tenha intenção de utilizar e de se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com data da certificação não inferior a maio de 2013

5.1.5.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das micros e pequenas empresas, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.2 – Empresas não cadastradas:

a– Habilitação Jurídica

a.1) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

a.2) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades civis inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

b. – Regularidade Fiscal

- b.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), vigente na data prevista para abertura da licitação;
- b.2) prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou de sua isenção;
- b.3) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, representada pela certidão conjunta Negativa de Débitos relativos à Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, ou documento(s) equivalente(s), na forma da lei;
- b.4) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- b.5) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, junto ao INSS – CND dentro do prazo de validade;
- b.6) Prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS dentro do prazo de validade;
- b.7) Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei nº 12.440/2011;

c – Qualificação Econômico-Financeira

- 1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extra judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para abertura da licitação, quando não expresso na certidão;

d – Qualificação Técnica

d.1) -QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

d.1)QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

d.1.1 - Certidão de registro de quitação do proponente e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, da sede do licitante **dentro de seu prazo de validade.**

d.1.2. -Apresentar pelo menos um atestado expedido por órgão da administração pública ou privada, devidamente registrado(s) no CREA, acompanhado da(s) respectiva (s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA de sua jurisdição, que comprove responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela execução de serviços com as características descritas neste Projeto Básico e comprovar responsabilidade técnica pela execução de serviços com as características abaixo indicadas, cumulativas ou não.

- Concreto ciclopico com concreto de fck=20MPa. Total mínimo = 4,5 m³.

5.2.1 - Declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo no **Anexo IV - Modelo de declaração de que não emprega mão-de-obra infantil, do presente edital;**



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

5.2.2 - Declaração, em papel timbrado, de que não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação, conforme modelo no **Anexo III – modelo de declaração de que não há superveniência de fato impeditivo para habilitação**, do presente edital;

5.2.3- **TERMO DE VISTORIA** O interessado deverá vistoriar previamente as dependências onde serão realizados os serviços, objeto desta licitação, para o conhecimento do objeto licitado, sendo este pré-requisito necessário para a emissão do Termo de Vistoria.

a) O Termo de Vistoria (**Complemento VI do Projeto Básico – Modelo de Termo de Vistoria**) será fornecido em papel timbrado do próprio TJ, pelo servidor designado pela Gerência de Engenharia;

b) A vistoria de que trata este item, deverá ser agendada/marcada através de contato com a Gerência de Engenharia, pelo telefone 3216-1591/1400, Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Praça João Pessoa, S/N, Centro – João Pessoa -PB. sendo o endereço a ser vistoriado o seguinte: Rua Paraíba nº 300, Liberdade – Campina Grande/PB, telefone (83)3310-2400.

c) Caso a empresa opte por não realizar a visita, o representante legal da empresa deverá emitir declaração em papel timbrado da empresa de que assume todos os riscos e possíveis diferenças existentes entre a planilha e o encontrado no local da execução de serviço, conforme Art. 17 e 18 da Resolução 114 do CNJ;

d) Com a emissão da declaração, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada.

5.2.4 - Termo de compromisso, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a este Tribunal de Justiça, na forma do art. 3º da Resolução nº 07/2005, de 18 de outubro de 2005, com a redação dada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, conforme modelo constante do **Anexo V– Modelo de Termo de Compromisso de que não empregará cônjuge ou parente de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, membro ou de Juiz vinculado ao Tribunal de Justiça da Paraíba**, do presente edital;

5.2.5 – Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, comprovar mediante apresentação de Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa nº 103 de 30 de abril de 2007, expedida pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte que tenha intenção de utilizar e de se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com data da certificação não inferior a maio de 2013.

5.2.6 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das micros e pequenas empresas, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.3 – Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificados por



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

descumprimento do prazo de entrega dos mesmos, ou, ainda, dos envelopes contendo a proposta de preços das licitantes inabilitadas.

5.4 – todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

5.4.1 – se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

5.4.2 – se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;

5.4.3 – se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

5.4.4 – serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

5.5– Os documentos exigidos neste edital poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por Cartório competente ou publicação original em órgão da imprensa oficial. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados na reunião de abertura dos envelopes de habilitação.

5.6 – Os documentos relativos à Habilitação das empresas deverão ser apresentados em original, ou cópia autenticada em cartório ou pela Comissão Permanente de Licitação (**neste caso, deverá o representante da empresa se apresentar na sala da Comissão, apenas na data da sessão, com antecedência mínima de 01(uma) hora da abertura**, em envelope lacrado, caso já estejam autenticados, numeradas, acompanhados de folha índice, no qual possam ser identificados o nome ou razão social, modalidade, número e data da licitação, além,

,

”

da expressão **HABILITAÇÃO**, podendo a Comissão, antes da homologação, solicitar a exibição dos documentos originais para simples verificação.

6 - DA PROPOSTA COMERCIAL

1.1. – A proposta deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, sem rasuras, emendas e borrões com identificação da empresa proponente, assinada pelo representante legal da empresa, constando, obrigatoriamente:

6.2 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país.

6.3 - **Planilha, conforme complemento V do Projeto Básico – Modelo de Planilha**, referente a todos os serviços a serem executados, preenchida nas colunas de preços unitários e total.

6.4 - **Planilha de composição de preços unitários apenas para os itens que sofrerem modificações no orçamento proposto da obra, complemento V do Projeto Básico – Modelo de Planilha**, objeto desta licitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

6.5 – Declaração, podendo ser explícita ou implícita, de que no preço a ser praticado, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas incidentes sobre o objeto licitado.

6.6 - Prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de apresentação;

6.6.1 - Se a proposta for omissa quanto ao prazo estabelecido neste item, o prazo acima mencionado será considerado como se nela constasse, não sendo, portanto, motivo de desclassificação.

6.7 – A licitante será responsável pelos quantitativos apresentados com base nas especificações que integram a presente licitação.

6.8 – Com o recebimento da proposta, a Comissão entenderá que todos os prazos, especificações e local a ser projetado foram detalhadamente analisados pelo licitante e que todos os materiais e mão-de-obra foram considerados para a execução dos serviços.

6.9 – Consideram-se incluídos nos preços propostos todas as despesas relacionadas direta ou indiretamente com a prestação dos serviços, tais como: quaisquer gastos ou despesas com tributos, fretes, salários, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros, lucro e outros encargos ou acessórios.

6.10 - A proposta deverá referir-se a todo o especificado no objeto da presente licitação.

6.11 - A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

6.12 - Assim como a documentação, a proposta deverá satisfazer todas as exigências contidas no corpo do edital e em seus anexos.

7 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - A Comissão abrirá em primeiro lugar os envelopes relativos à documentação. Os membros da Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer as exigências deste edital;

7.2 - a Comissão de Licitação poderá suspender a sessão sempre que julgue necessário para analisar os documentos e propostas oferecidas pelos licitantes, objetivando a confirmar as informações prestadas, inclusive, se preciso, procedendo diligências necessárias;

7.3 - da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recursos pelos interessados, suspendendo-se o certame até seu julgamento;

7.4 - na hipótese prevista no subitem 7.2, os envelopes contendo as propostas serão rubricados pelos participantes presentes e pelos membros da Comissão de Licitação, ficando sob a guarda desta Comissão, para a abertura em outra sessão a ser indicada na Ata de reunião;

7.5 - havendo desistência expressa dos licitantes ao direito de recorrer na fase de habilitação, na mesma sessão haverá a abertura das propostas, caso contrário será marcada nova data;

7.6 - aos licitantes inabilitados serão devolvidos os envelopes fechados contendo as respectivas propostas. Serão também devolvidos, quando houver renúncia expressa pelos licitantes ao direito de recorrer, ou quando não tiver havido recurso ou após a sua denegação;

7.7 - encerrada a fase de habilitação após observados os ditames deste Edital a Comissão abrirá os envelopes da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

proposta dos licitantes habilitados, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, com os critérios estabelecidos;

7.8 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) apresentadas em desacordo com as exigências do Edital e seus anexos;
- b) com preço unitário e/ou global superior ao estimado pelo Tribunal de Justiça, conforme Planilha- Anexo II - no valor de R\$ 82.237,14 (Oitenta e dois mil, duzentos e trinta e sete reais e quatorze centavos);**
- c) manifestamente inexecutável**, assim entendidos aqueles inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - c.1 – média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Judiciária, ou
 - c.2 – valor orçado pelo Tribunal de Justiça.

7.9 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao preço, pagamento ou qualquer condição que importe na modificação dos originais;

7.10 - Na classificação da **PROPOSTA COMERCIAL**, a Comissão Permanente de Licitação **LEVARÁ EM CONSIDERAÇÃO O MENOR PREÇO GLOBAL OFERTADO** nos termos deste Edital, pela ordem crescente dos preços propostos;

7.11 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no parágrafo 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, far-se-á sorteio na mesma sessão de julgamento ou em outra sessão para a qual todos os licitantes habilitados serão convocados;

7.12 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.12.1 - A identificação do PROPONENTE como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, deverá ser feita na forma do item 5.1.5 ou 5.2.5 deste edital, a ausência da Certidão expedida pela Junta Comercial implicará na preclusão do direito de preferência de contratação;

7.13 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10%(dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após solicitação da Comissão, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;
- b) não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma da alínea “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.13 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- c) no caso de empate dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.13 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

7.14 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 7.12 deste edital, voltará à condição de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.

7.15 - O disposto nos itens 7.12 e 7.13 somente se aplicarão quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

7.16 - As microempresas e empresa de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Havendo alguma restrição na regularidade fiscal, será concedido o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Comissão de Licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.17 - A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.18 - Se todos os licitantes forem desclassificados a Comissão poderá dar um prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de novas propostas escoimadas das causas da desclassificação;

7.19 - Da reunião para recebimento e julgamento das propostas, será lavrada ata circunstanciada que mencionará todos os licitantes, as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação, devendo esta ser assinada pelos membros da Comissão e por todos os licitantes presentes;

8 - DAS PENALIDADES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - A recusa injusta da empresa licitante e vencedora da licitação, conforme o caso, em deixar de cumprir as obrigações assumidas implicará na aplicação das sanções estabelecidas na Cláusula Décima Terceira da Minuta de Contrato- (Minuta do Contrato -Anexo II deste edital)

8.2 - Após a fase da habilitação, os autos do processo ficam automaticamente à disposição dos interessados para vistas, pelo prazo necessário à interposição de recursos;

8.3 - Os recursos serão dirigidos ao Des. Presidente deste Tribunal, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 2 (dois) dias úteis ou, nesse prazo, encaminhá-lo ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, devidamente informado para apreciação e decisão no mesmo prazo.

9 - DO PAGAMENTOS

9.1 – O pagamento será realizado na forma constante da **Cláusula Décima do Contrato (Minuta do Contrato , Anexo II deste edital).**

10. DOS PRAZOS

10.1. O prazo de execução dos serviços objeto da presente licitação é de **90 (noventa) dias consecutivos, e será contado a partir da data da aprovação e autorização da ordem de serviço.**

10.2. Adjudicado o objeto da presente licitação, o Tribunal de Justiça convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

10.3. O Tribunal de Justiça poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

10.4. Os prazos de que tratam o item 10.1 poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.666/93.

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Cabem a contratada todas as despesas com licenças para as obras, taxas, impostos, registros do contratado, aprovação dos projetos técnicos, seguros, previdência social, Leis Trabalhistas, acidentes de trabalho, carta de habilitação e outros;

11.2 - Todas e quaisquer modificações introduzidas nos projetos e suas especificações técnicas, no decorrer da obra, somente serão admitidas com prévia autorização por escrito da Coordenadoria de Engenharia do TJPB, devidamente registradas no livro de ocorrências;

11.3 - Toda e qualquer modificação nos projetos que porventura acarretem aumento ou diminuição de despesas, deverá ser previamente autorizada pelo TJPB, levando-se em conta as condições previstas neste edital;

11.4 - O TJPB fiscalizará a obra através de seus auxiliares, para o que lhes serão permitido acesso a todas os locais da obra a qualquer hora;

11.5 - a licitante vencedora obriga-se a obedecer as ordens da fiscalização;

11.6 - o TJPB não responderá por compromissos assumidos pela contratada perante terceiros;

11.7 - não serão consideradas quaisquer reclamações decorrentes de entendimentos verbais;

11.8 - além das sanções previstas poderá o TJPB rescindir o contrato de pleno direito, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial e o pagamento de qualquer indenização se a firma contratada:

- a) deixar de iniciar os serviços dentro de 5 (cinco) dias após o recebimento da ordem de serviço;
- b) manter no serviço qualquer pessoa cuja presença tenha sido julgada inconveniente pela fiscalização;
- c) atrasar os serviços a ponto do valor das multas atingir o da caução;

11.9 - a Comissão de Licitação é autônoma para dirimir quaisquer conflitos suscetíveis envolvendo as licitantes devendo decidir nos termos deste edital sobre todas as matérias inerentes a este Convite;

11.10 - na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos referidos neste edital em dia de expediente no Tribunal de Justiça e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente dispostos em contrário;

11.11 - a Comissão Licitação poderá em qualquer fase desta licitação suspender os seus trabalhos, devendo promover o registro dessa suspensão e a convocação da reunião para continuidade dos trabalhos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

11.12 - É facultada à Comissão Licitação e/ou a Autoridade Superior, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior, por parte da licitante, de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta; na hipótese de haver a necessidade de juntada de informação e/ou documentação pela licitante, o teor dos mesmos deverão ser lidos em voz alta por seu respectivo representante e registrados na ata circunstanciada da sessão;

11.13 - o foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na relação contratual a ser firmada com base no objeto deste Convite, é o da cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11.14 - nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos de materiais, transportes, mão-de-obra, tributos, lucros e quaisquer outros encargos que incidam sobre os serviços previstos ou não neste convite;

11.15 - Dos atos decorrentes deste processo licitatório, caberão recursos nos termos do art.109 da Lei nº 8.666/93;

11.16 - As dúvidas surgidas na aplicação do presente Convite, bem como os casos omissos, serão resolvidos pela Comissão de Licitação, à luz da legislação de regência;

11.17 - Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, encaminhados a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou tele/fax (83) 3216-1456 ou 3216-1446 -3216-1617

12. ANEXOS DO EDITAL

12.1. Integram o presente edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I - Projeto Básico e seus complementos

Complemento I do Projeto Básico - Especificações dos serviços e materiais.

Complemento II do Projeto Básico – Planilha Orçamentária (disponibilizados através de arquivos por meio magnético(pen drive)

Complemento III do Projeto Básico – Composição de Preços (disponibilizados através de arquivos por meio magnético(pen drive)

Complemento IV do Projeto Básico -Cronograma Físico Financeiro e B.D.I. (disponibilizados através de arquivos por meio magnético(pen drive)

Complemento V do Projeto Básico – Modelo de Planilha (disponibilizados através de arquivos por meio magnético (pen drive)

Complemento VI do Projeto Básico – Modelo de Termo de Vistoria

Complemento VII do Projeto Básico – Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria.

Anexo II - Minuta de contrato

Anexo III – Modelo de declaração de que não há superveniência de fato impeditivo para habilitação;

Anexo IV - Modelo de declaração de que não emprega mão-de-obra infantil;

Anexo V– Modelo de Termo de Compromisso de que não empregará cônjuge ou parente de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, membro ou de Juiz vinculado ao Tribunal de Justiça da Paraíba.

Anexo VI – Modelo de declaração de enquadramento como beneficiária da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Anexo VII – Recibo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

João Pessoa, 30 de julho de 2015

Arleide M^a da Silva Barbosa
Presidente da Comissão de Licitação TJ-PB



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

PROJETO BÁSICO

1- OBJETIVO

1.1 Contratação de empresa prestadora de serviços de construção e engenharia para obra de reforma e ampliação do muro do Depósito Judicial do Fórum da Comarca de Campina Grande/PB, localizado na Rua Paraíba, nº300, Liberdade – Campina Grande/PB, telefone: (83) 3310-2400.

2- JUSTIFICATIVA

2.1 A concepção dos serviços para reforma do muro do Depósito Judicial do Fórum da Comarca de Campina Grande/PB provém da necessidade de ampliação, instalação de cerca eletrificada e melhoramento estrutural do muro, objetivando garantir maior segurança aos pedestres que utilizam a calçada do prédio e evitar do imóvel ser alvo de invasão.

3- META FÍSICA

3.1 Atender as necessidades de segurança do imóvel.

4- PERÍODO DE EXECUÇÃO

4.1 O prazo previsto para execução dos serviços será de 90 (noventa) dias corridos e o prazo de vigência do Contrato deverá ser de 12 (doze) meses. Para cumprimento do prazo de execução, a programação dos trabalhos deverá contemplar se necessário, serviços em horário extraordinário sem custos adicionais para o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

5- VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO

R\$ 82.237,14 (Oitenta e dois mil, duzentos e trinta e sete reais e catorze centavos.)
EMPREITADA: () Preço Global (x) Preço Unitário
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO: (x) Global () Por Item

5.1 Nenhum item da proposta poderá ser cotado a preço superior ao preço unitário definido na planilha orçamentária do tribunal.

5.2 Será contratada a empresa que atender as exigências deste Projeto Básico e apresentar proposta de menor valor global.



6- LOCAL DE EXECUÇÃO

6.1 Depósito Judicial de Fórum da Comarca de Campina Grande/PB.

7- RESPONSÁVEL PELA ESPECIFICAÇÃO

7.1 Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça da Paraíba.

8- UNIDADE FISCALIZADORA

8.1 Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça da Paraíba.

9- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAS E SERVIÇOS

9.1 No Anexo I desenvolvido para esta Obra que deverá ser seguido em seus itens.

10- PLANILHA DE ORÇAMENTO

10.1 No Anexo II, base para elaboração da proposta a ser apresentada pela licitante.

11- TERCEIRIZAÇÃO

11.1 Atendendo ao disposto no Art.72 da Lei 8.666/1993 os seguintes serviços são passíveis de terceirização: execução de confecção de grades e esquadrias em vidro, ferro e alumínio, instalações de forro de PVC e gesso, pavimentação externa, pintura, sinalização e comunicação visual e jardinagem.

11.2 A terceirização de alguns serviços, não exime a contratada da responsabilidade pela qualidade dos serviços, estando os funcionários da terceirizada sujeitos as mesmas regras que o contratado, inclusive trabalhista.

12- DA VISTORIA

12.1 O responsável técnico da empresa, poderá vistoriar previamente as dependências onde serão realizados os serviços, objeto desta licitação, para o conhecimento do objeto licitado, sendo o pré-requisito necessário para a emissão do Termo de Vistoria;

12.2 O Termo de Vistoria (modelo anexo) será fornecido em papel timbrado do próprio Tribunal de Justiça, pelo servidor por este designado;

12.3 A vistoria deverá ser agendada/marcada através de contato com a Gerência de Engenharia, ou Servidor por este designado, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

recebimento e abertura das propostas e deverá portar os documentos comprobatórios, sob pena de não ser emitido o Atestado de Visita pelo TJ-PB, sendo o endereço a ser vistoriado o seguinte:

Local	ENDEREÇO / TELEFONE
Depósito Judicial de Fórum da Comarca de Campina Grande/PB	Rua Paraíba, nº300, Liberdade – Campina Grande/PB, telefone: (83) 3310-2400

12.4 Após a vistoria, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada;

12.5 Não será realizada vistoria no dia de realização do certame.

Obs.: Caso a empresa licitante opte por não realizar a visita, seu representante legal deverá emitir declaração, em papel timbrado da empresa, relatando que assume todos os riscos e possíveis diferenças entre a planilha e o encontrado no local da execução dos serviços.

13- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

13.1 Apresentar pelo menos um atestado expedidos por órgão da administração pública ou privada, devidamente registrado(s) no CREA, acompanhado da(s) respectiva (s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA de sua jurisdição, que comprove responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela execução de serviços com as características descritas neste Projeto Básico e comprovar responsabilidade técnica pela execução de serviços com as características abaixo indicadas, cumulativas ou não. Por fim, apresentar certidão de registro de quitação do CREA de sua região da pessoa jurídica dentro do prazo de validade.

- Concreto ciclopico com concreto de fck=20mpa, Total mínimo = 4,5 m³.

13.1 Apresentar certidão de registro de quitação do CREA de sua região da pessoa jurídica dentro do prazo de validade.

14- NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E CONTROLE

14.1 Além dos procedimentos técnicos indicados nos capítulos a seguir, terão validade contratual para todos os fins de direito, as normas editadas pela ABNT e demais normas pertinentes, direta e indiretamente relacionadas, com os materiais e serviços objetos deste contrato inclusive as Normas de Segurança.

15- FISCALIZAÇÃO DA OBRA E SERVIÇO

15.1 O CONTRATANTE deverá exigir da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as suas obrigações contratuais, observando rigorosamente o estabelecido na legislação em vigor;

15.2 O CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao



início da obra ou serviço, no prazo estabelecido no contrato;

15.3 Expedir a Ordem de Serviço nos termos contratuais;

15.4 Comunicar ao superior imediato, por escrito, a ocorrência de circunstâncias que possam acarretar a imposição de multas à CONTRATADA, ou mesmo a rescisão do contrato;

15.5 Decidir sobre as questões levantadas pela CONTRATADA e comunicar ao superior imediato as soluções adotadas;

15.6 A CONTRATADA deverá providenciar Diário de Obra, dotado de páginas numeradas e em três vias, onde serão registradas todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços. O Diário de Obra deverá estar sempre à disposição da Fiscalização, sendo vedada sua retirada do canteiro.

15.7 Registrar diariamente no “Diário ou Livro de Ocorrência”, os fatos relativos à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas ou defeitos observados e pronunciando-se a respeito dos registros efetuados pela CONTRATADA;

15.8 Adotar, se preciso for providências junto a terceiros, na ocorrência de dificuldades no transcurso normal da obra ou serviço;

15.9 Efetuar, com a presença da CONTRATADA, a análise dos serviços já executados.

15.10 Avaliar as medições e faturas apresentadas pela CONTRATADA, atestando-as para pagamento, se for o caso, observando os procedimentos estabelecidos na legislação própria do Tribunal de Justiça da Paraíba e neste Termo de Referência;

15.11 Comunicar ao seu superior imediato a necessidade de qualquer aditamento ao contrato, encaminhando-lhe as justificativas, por escrito, com todas as informações indispensáveis à formalização do termo aditivo correspondente, observado o disposto na legislação em vigor e nas normas internas do Tribunal de Justiça;

15.12 Inspeccionar as obras e verificar as condições de organização e segurança dos trabalhadores e do público, de acordo com a NBR 7678 (Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção), exigindo da CONTRATADA as medidas corretivas que sejam necessárias.

15.13 Exigir da CONTRATADA a execução da obra ou serviço, de acordo com os projetos, especificações dos materiais, detalhes e procedimentos de execução constantes nas Normas Técnicas da ABNT e demais Normas Pertinentes;

15.14 Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das proposições constantes no contrato;

15.15 Promover reuniões com a CONTRATADA para aprovar os métodos construtivos, sugerir modificações, quando for o caso, e procurar resolver os possíveis problemas técnicos não previstos no Ato Convocatório e na documentação integrante do contrato;

15.16 As ações de Fiscalização não eximem a Contratada de suas responsabilidades, nem do fiel cumprimento do objeto do contrato;

15.17 Solicitar à CONTRATADA a suspensão de quaisquer serviços, em parte ou no todo, que estejam sendo executados;

15.18 Exigir da CONTRATADA, que sejam retirados do Canteiro de Obras os materiais que não correspondam às especificações;

15.19 Aprovar, rejeitar ou sugerir modificações na programação das obras, determinando as prioridades na execução dos serviços;

15.20 Exigir da CONTRATADA a otimização das etapas de construção, quando houver atraso



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apensos: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

em relação ao cronograma, visando o cumprimento dos prazos contratuais;

15.21 Acompanhar o cronograma físico-financeiro, mantendo o Tribunal sempre informado do andamento dos trabalhos, mediante relatórios detalhados.

16- PENALIDADES

16.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação de multas, a serem recolhidas no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, conforme as infrações cometidas e o grau de gravidade respectivo, indicados abaixo:

- Multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso consecutivo, até o limite máximo de 20% (vinte por cento);
- Multa de 20% (vinte por cento), quando a CONTRATADA suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;
- Multa de 20% do valor total do contrato, quando a CONTRATADA:
 - a) Incorrer na inexecução total das obrigações assumidas;
 - b) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
 - c) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;
 - d) apresentar comportamento inidôneo;

Multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia consecutivo de atraso para início das atividades contratadas, até o máximo de 20% (vinte por cento), o que configurará a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.2 Para os fins do item 16.1 alínea “d” reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

16.3 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao beneficiário da nota de empenho.

16.4 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o beneficiário da nota de empenho obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

16.5 As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente as penas de:

- a) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado da Paraíba, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

16.6 Será remetida à Central de Compras do Estado da Paraíba, cópia do ato que aplicar a penalidade de declaração de inidoneidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral, como também ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento da declaração.

17- RECEBIMENTO DE OBRA E DE SERVIÇO

17.1 Caberá a CONTRATADA comunicar ao Tribunal, a conclusão das obras ou serviços, solicitar o Recebimento Provisório das etapas concluídas e, posteriormente, o Recebimento



Definitivo;

17.2 No caso de rejeição do pedido de recebimento, a fiscalização dará ciência a CONTRATADA, por escrito, das razões da rejeição, solicitando-lhe que sejam corrigidas as deficiências apontadas, ou, no caso de pequenos reparos, emitir o Termo de Recebimento Provisório, com registro de pendências a serem corrigidas, estipulando-se o prazo para sua correção;

17.3 O Termo de Recebimento da obra ou serviços será emitido pela Gerência de Engenharia do tribunal de Justiça do estado da Paraíba;

17.4 A emissão do Termo Provisório ou Definitivo não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades, definidas no Código Civil.

18- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA fica obrigada a:

18.1 Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes;

18.2 Fornecer à Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba o nome, a função e os números dos documentos de identificação dos empregados designados a executar os serviços contratados;

18.3 Disponibilizar somente pessoal capacitado para o desempenho dos serviços;

18.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal e/ou material causado à Contratante ou a terceiros, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;

18.5 Responsabilizar-se pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com a Contratante;

18.6 Ceder a Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, na forma prevista no artigo 111 da lei nº 8.666/1993, todos os direitos sobre os relatórios, desenhos esquemáticos e demais documentos elaborados à luz do contrato;

18.7 Providenciar, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da Ordem de serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços junto ao CREA-PB, apresentando para a Gerência de Engenharia do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba um das vias desse documento.

18.8 Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra, necessários à execução dos serviços contratados;

18.9 Fornecer os uniformes e EPIs (equipamentos de proteção individual) a todos os seus funcionários envolvidos na prestação dos serviços, bem como disponibilizar os EPCs (equipamentos de proteção coletiva) necessários, de acordo com as normas em vigor;

18.10 Zelar para que os seus funcionários envolvidos na prestação dos serviços apresentem-se uniformizados, devidamente identificados e portando os EPIs e observem as normas disciplinares determinadas pela Contratante.



19- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 19.1 Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada, efetuando todos os pagamentos devidos de acordo com as condições de prazo e preços pactuados no Contrato;
- 19.2 Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à boa execução dos serviços;
- 19.3 Permitir o acesso dos profissionais da Contratada aos locais de execução de serviços;
- 19.4 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;
- 19.5 Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades ou qualquer débito de sua responsabilidade;
- 19.6 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato;
- 19.7 Conferir toda a documentação gerada e apresentada durante e após a execução dos serviços a fim de que sejam adotadas medidas corretivas.

20- PAGAMENTO

- 20.1 O pagamento será efetuado após a execução de cada etapa dos serviços, consoante o cronograma físico-financeiro e medições;
- 20.2 A Contratada deve apresentar, após o recebimento da Nota de Empenho, Nota Fiscal de Serviços, em 02 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato para fins de liquidação e pagamento da execução do serviço.
- 20.3 Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização, em conformidade com os preços unitários da planilha orçamentária. Não serão aprovados pela FISCALIZAÇÃO, serviços executados de forma incompleta, tampouco pretensão de pagamento de material simplesmente adquirido ou posto na obra.
- 20.4 A discriminação e quantificação dos serviços considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as unidades de medição, os preços unitários e os quantitativos do Orçamento Detalhado anexo ao contrato.

21- DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1 As providências e os ônus, quando for o caso, necessários para registros e legalização do contrato, serão de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO, com exceção da publicação no Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.
- 21.2 A minuta do contrato, a ser assinada pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba e CONTRATADO, contendo todos os elementos cabíveis, definidos na lei em vigor, integrará, obrigatoriamente, o Edital.
- 21.3 O CONTRATADO manterá, no canteiro de obras ou serviços, equipamentos suficientes para prevenção e combate a incêndios, compatíveis com a classe e risco da obra ou serviço contratado.
- 21.4 A CONTRATADA deverá manter um arquivo completo e atualizado de toda a



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o Contrato, Especificações Técnicas, Projetos, Orçamento, Cronogramas, Correspondências e Relatórios de Andamento das Atividades;

21.5 Se houver divergência inconciliável entre a CONTRATADA e a fiscalização, a CONTRATADA pode recorrer ao Tribunal, que irá analisar o pedido e deliberar para as providências cabíveis;

21.6 Ao assinar o contrato e receber a respectiva ordem de execução de serviço, a CONTRATADA deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o objeto contratual, a ser fornecido na ocasião pelo Tribunal de Justiça, buscando elucidar junto à Fiscalização, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes construtivos, materiais a serem aplicados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.

21.7 As informações especificadas na planilha orçamentária, especificações técnicas, composição de custos e desenhos, devem ser analisadas conjuntamente pela Contratada, pois uma é complemento da outra.

21.8 A CONTRATADA que os projetos e todos os documentos constantes dos Anexos deste Edital são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro, será considerado especificado e válido.

21.9 As empresas participantes do processo licitatório devem apresentar os seguintes documentos:

- Planilha Orçamentária;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Composição de preços unitários;
- BDI e Encargos Sociais.
- Acervo técnico compatível com o objeto deste certame.

22- PARTE INTEGRANTE DESTE PROJETO BÁSICO

PARTE I – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

PARTE II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PARTE III – COMPOSIÇÃO DE PREÇO

PARTE IV – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E B.D.I.

PARTE V – MODELO DE PLANILHA

PARTE VI – MODELO DE TERMO DE VISTORIA

PARTE VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA



PARTE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.0 INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

1.2.2 Deve ser construído o barracão nas dimensões especificadas na planilha, podendo sofrer alterações para se adequar à obra, observando-se condições de ventilação e iluminação. O barracão deve ser em tábuas de madeira com cobertura em telha de fibrocimento de 4mm.

2.0 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

2.1 RETIRADA DE CERCA ELÉTRICA

1. Recomendações

Retirada da cerca eletrificada por profissional habilitado, de modo a não oferecer risco à integridade física dos usuários ou daqueles que por ali trabalham e transitam;

Sinalizar devidamente o local (perímetro) a respeito dos serviços a serem executados e suas consequências;

Informar a todos os que por ali trabalham e transitam, e a quem se faça necessário, dos serviços a serem executados, certificando-se de que a área esteja devidamente protegida.

Deverão ser observadas as prescrições da Norma Regulamentadora NR 18 - Obras de construção, demolição e reparo da NBR 5682/77 - Contrato, execução e supervisão de demolições.

2. Procedimentos de Execução

Retirada de toda vegetação próxima ao perímetro do muro, fazendo podas de árvores ou plantas (caso exista);

Verificar a existência de área molhada no perímetro do muro, providenciando, caso exista, para que todo o perímetro do muro esteja isento de água;

Providenciar a retirada da cerca eletrificada existente por profissional habilitado.

2.2 DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA

1. Recomendações

Antes do início dos serviços, a CONTRATADA procederá a um detalhado exame e levantamento da estrutura a ser demolida;

As linhas de abastecimento de energia elétrica, água, gás, bem como canalizações de esgoto e águas pluviais deverão ser removidas ou protegidas, respeitando as normas e determinações das empresas concessionárias de serviços públicos;



2. Procedimentos de Execução

Os tapumes e outros meios de proteção e segurança serão executados conforme o as recomendações da norma *NBR-5682* da ABNT.

Os serviços de demolição deverão ser iniciados pelas partes superiores do muro, mediante o emprego de calhas, evitando o lançamento do produto da demolição em queda livre;

As partes a serem demolidas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo demolição;

A demolição manual será executada progressivamente, utilizando ferramentas portáteis motorizadas ou manuais. A remoção de entulhos poderá ser feita por meio de calhas, desde que respeitadas as tolerâncias estipuladas nos itens 7.1.3 e 7.1.4 da Norma *NBR-5682*;

Peças de grande porte de concreto, aço ou madeira deverão ser reduzidas a pequenos fragmentos;

Quando for viável, ouvida a fiscalização, o material poderá ser corretamente aproveitado;

Todos os materiais possíveis de reaproveitamento deverão ser limpos, livres de argamassa ou outros materiais agregados, selecionados e guardados convenientemente até sua remoção do canteiro de serviços. Ficará a cargo da FISCALIZAÇÃO, a definição do critério de reutilização dos mesmos, e a autorização para liberá-los à CONTRATADA;

3.0 MOVIMENTO DE TERRA

3.1 ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALA

1. Recomendações

Devem ser utilizados os EPI's adequados aos riscos existentes, nomeadamente, capacete, calçado de segurança, óculos, luvas de proteção e colete refletor (para o caso de acesso a via pública);

Considerar, com carácter geral, perigosa qualquer escavação realizada no local, com a possibilidade de queda de pessoas no interior da vala, desmoronamento de terreno ou edificação existente, atropelamento, no caso de acesso a via pública, Outros riscos decorrentes da interferência com outras canalizações subterrâneas (energia elétrica, água, gás, etc.).

Conhecer previamente as características físicas e mecânicas do terreno (verificar as camadas sucessivas do terreno, se existe fissuras, etc.);



Seguir estritamente as indicações do projeto estrutural;

Disponibilizar a informação dos órgãos públicos e companhias fornecedoras que permita localizar as canalizações de energia elétrica, água, gás, etc. para determinar o método de escavação e os sistemas de proteção mais apropriados;

Prever as sobrecargas estáticas ou dinâmicas sobre o terreno provocados pela via pública;

Prever os apoios provisórios e escoramentos tendo em conta a proximidade de edifícios adjacentes, equipamentos, armazenamento de materiais e estradas ou ruas.

2. Procedimentos de Execução

Executar as escavações com as medidas indicadas no projeto estrutural. A operação de escavação deve ser precedida de limpeza. A escavação dos cortes deve obedecer aos elementos técnicos fornecidos pelo projeto estrutural.

3.2 REATERRO APILOADO (MANUAL) DE VALAS, COM MATERIAL REAPROVEITADO, EM CAMADAS DE ATÉ 20 CM.

1. Recomendações

No desenvolvimento dos trabalhos escavação deve-se verificar a utilização adequada, ou rejeição dos materiais extraídos. Apenas são transportados para execução do aterro, os materiais que pela classificação e caracterização efetuados nos cortes, sejam compatíveis para execução do reaterro, em conformidade com o projeto estrutural. Constatada a conveniência técnica de reserva de materiais escavados em cortes, para execução de camadas do reaterro apilado, é recomendável o depósito dos referidos materiais em locais indicados pela fiscalização para sua oportuna utilização.

2. Procedimentos de Execução

Sua execução obedecerá rigorosamente aos elementos técnicos fornecidos pela Fiscalização e constantes no projeto executivo;

A operação será precedida da remoção de entulhos, detritos, pedras, água e lama, quando existir, do fundo da escavação;

Lançar o material em camadas sucessivas, em toda a largura da escavação, umedecendo e compactando em camadas de até 20 cm.

4.0 INFRAESTRUTURA



4.1 FUNDAÇÃO

4.1 CONCRETO MAGRO.

1. Recomendações

O concreto será composto de cimento portland, água e agregados. A composição da mistura será de agregados, granulometria e fator água-cimento aprovados pela FISCALIZAÇÃO, no sentido de se conseguir uma mistura plástica e trabalhável, segundo as necessidades de utilização, com resistência à compressão igual ou superior a estabelecida no projeto estrutural;

O cimento deve obedecer às características constantes na NBR 5736/91 da ABNT, e será empregado em todas as obras de concreto, utilizando-se um único tipo de cimento para execução do concreto magro;

O cimento sendo fornecido em sacos deve-se verificar sua integridade, não aceitando os que estiverem rasgados ou úmidos;

Os sacos que contém cimento parcialmente hidratado, isto é, com formação de grumos que não são total e facilmente desfeitos com leve pressão dos dedos, não devem ser aceitos para utilização em concreto estrutural;

Armazenar cimento, preservando, tanto quanto possível, de ambientes úmidos, não ser estocando em pilhas de alturas excessivas, devido a pressão elevada a que ficam sujeitos os sacos das camadas inferiores, forçando um contato mais intenso entre as partículas do aglomerante e a umidade existente permitindo o empedramento do cimento. O empedramento às vezes é superficial, se o saco de cimento for tombado sobre uma superfície dura e voltar a se afofar, ou se for possível esfregar os torrões com os dedos, o cimento deste saco pode ser utilizado. Caso contrário, o cimento não deve ser utilizado em peças estruturais. Portanto, para evitar a deterioração do cimento é aconselhável:

1º - As pilhas não excederem de mais de 10 sacos, salvo se o tempo de armazenamento for no máximo 15 dias, caso em que pode atingir 15 sacos.

2º - As pilhas devem ser feitas elevadas do piso, sobre estrado de madeira e a afastadas das paredes e do teto.

Os lotes recebidos em épocas diferentes e diversas não podem ser misturados, mas devem ser colocados separadamente de maneira a facilitar sua inspeção e seu emprego na ordem cronológica de recebimento;

Devem-se tomar cuidados especiais para não utilizar cimento de marcas, tipos e classes diferentes;

O tempo de estocagem do cimento em obra não deve ultrapassar 30 dias;



A capacidade total armazenada deve ser suficiente para garantir as concretagens em um período de produção máxima, sem reabastecimento.

Os agregados devem satisfazer às Prescrições da NBR 7211, sendo verificados pelos ensaios segundo os métodos da NBR 7216, NBR 7217, NBR 7218 e NBR 7220, contidos na norma “Materiais para Concreto Armado — Especificações e Métodos de Ensaio” da ABNT.

A escolha dos agregados e a relativa granulometria estão sujeitas às modificações que a FIS-CALIZAÇÃO achar útil, baseadas nos ensaios e nas condições locais.

Verificar a procedência, a quantidade, e o local de armazenamento dos agregados, devendo estar isentos de materiais orgânicos como humus, siltes, carvão, etc.

Evitar a variabilidade dos agregados, esclarecendo junto aos fornecedores a qualidade desejada e solicitar rigoroso cumprimento no fornecimento.

O armazenamento dos agregados deverá ser feito em pilhas separadas, evitando a mistura de agregados de diferentes dimensões.

Considerar alturas máximas de armazenamento de 1,50m, diminuindo assim o gradiente de umidade, principalmente nas areias, evitando constantes correções na quantidade de água lançado ao concreto.

A designação areia aplica-se aos agregados com 4,76 mm de dimensão máxima (peneira ASTM no 4). A areia a ser utilizada na confecção do concreto deve ter sua qualidade aferida de acordo com as descrições da NBR 7221;

A água destinada ao amassamento do concreto deve ser límpida e isenta de teores prejudiciais de sais, ácidos, álcalis e substâncias orgânicas;

Antes de proceder a mistura do concreto na obra, é necessário verificar as condições operacionais dos equipamentos disponíveis no local de trabalho e sua adequabilidade ao volume de concreto a ser produzido e transportado;

A dosagem dos materiais componentes de cada mistura será feita: - o cimento deve ser medido por número inteiro de sacos, - a brita e a areia por pesagem e a água pelo peso ou volume. Na medição desta última deve ser levada em conta a umidade dos agregados, para que seja assegurado o valor da relação água/cimento.

2. Procedimentos de Execução

Concluída a escavação das valas, deve ser executada a compactação da superfície resultante, e as irregularidades remanescentes devem ser eliminadas, nivelando todas as escavações mediante a execução de um lastro de concreto magro, com espessura de 5 cm, aplicado em camada contínua em toda a área escavada;



Nas situações em que a resistência do terreno de fundação for inferior à tensão admissível de 1.5 Kg/cm², considerada no cálculo estrutural, deve ser indicada solução especial que assegure adequada condição de apoio para a estrutura, como substituição de parte do material do terreno de fundação por solo-cimento, no traço de cimento e areia grossa – 1:20.

4.1.2 CONCRETO CICLOPICO COM CONCRETO DE FCK=20MPA E 30% DE PEDRA DE MÃO

1. Recomendações

Deverão ser selecionadas pedras de boa qualidade, não se admitindo o uso de material em estado de decomposição ou proveniente de capa de pedreira;
O preenchimento dos vazios entre as pedras será feito com concreto, no traço 1:2:3 (cimento, areia grossa e brita 19);

2. Procedimentos de Execução

As pedras serão colocadas lado a lado, formando um lastro horizontal. Em seguida, a superfície formada será umedecida em toda a sua extensão. Então, será lançada uma concreto, de modo a preencher todos os vazios, para a colocação da camada de pedras subsequente. Desse modo, em camadas sucessivas, o maciço será executado até atingir a altura indicada no projeto estrutural.

4.1.4 EMBASSAMENTO COM PEDRA ARGAMASSADA ARG. CIM/AREIA 1:4

1. Recomendações

Deverão ser selecionadas pedras de boa qualidade, não se admitindo o uso de material em estado de decomposição ou proveniente de capa de pedreira;
O assentamento será feito com argamassa de cimento e areia grossa, no traço: 1:4;

2. Procedimentos de Execução

As pedras serão colocadas lado a lado, formando um lastro horizontal. Em seguida, a superfície formada será umedecida em toda a sua extensão. Então, será lançada uma camada de argamassa, de modo a possibilitar a aderência com a camada de pedras subsequente. Os espaços maiores entre as pedras serão preenchidos por pedras menores, permitindo um melhor preenchimento dos vazios entre elas. Desse modo, em camadas sucessivas, o maciço será executado até atingir a altura indicada no projeto estrutural.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

5.0 ESTRUTURA

PILARES E CINTAS

1. Recomendações

O concreto será composto de cimento portland, água e agregados. A composição da mistura será de agregados, granulometria e fator água-cimento aprovados pela FISCALIZAÇÃO, no sentido de se conseguir uma mistura plástica e trabalhável, segundo as necessidades de utilização, com resistência à compressão igual ou superior a estabelecida no projeto estrutural;

O cimento deve obedecer às características constantes na NBR 5736/91 da ABNT, e será empregado em todas as obras de concreto, utilizando-se um único tipo de cimento para execução do concreto magro;

O cimento sendo fornecido em sacos deve-se verificar sua integridade, não aceitando os que estiverem rasgados ou úmidos;

Os sacos que contém cimento parcialmente hidratado, isto é, com formação de grumos que não são total e facilmente desfeitos com leve pressão dos dedos, não devem ser aceitos para utilização em concreto estrutural;

Armazenar cimento, preservando, tanto quanto possível, de ambientes úmidos, não ser estocando em pilhas de alturas excessivas, devido a pressão elevada a que ficam sujeitos os sacos das camadas inferiores, forçando um contato mais intenso entre as partículas do aglomerante e a umidade existente permitindo o empedramento do cimento. O empedramento às vezes é superficial, se o saco de cimento for tombado sobre uma superfície dura e voltar a se afogar, ou se for possível esfarelar os torrões com os dedos, o cimento deste saco pode ser utilizado. Caso contrário, o cimento não deve ser utilizado em peças estruturais. Portanto, para evitar a deterioração do cimento é aconselhável:

1º - As pilhas não excederem de mais de 10 sacos, salvo se o tempo de armazenamento for no máximo 15 dias, caso em que pode atingir 15 sacos.

2º - As pilhas devem ser feitas elevadas do piso, sobre estrado de madeira e a afastadas das paredes e do teto.

Os lotes recebidos em épocas diferentes e diversas não podem ser misturados, mas devem ser colocados separadamente de maneira a facilitar sua inspeção e seu emprego na ordem cronológica de recebimento;

Devem-se tomar cuidados especiais para não utilizar cimento de marcas, tipos e classes diferentes;

O tempo de estocagem do cimento em obra não deve ultrapassar 30 dias;

A capacidade total armazenada deve ser suficiente para garantir as concretagens em um período de produção máxima, sem reabastecimento.

Os agregados devem satisfazer às Prescrições da NBR 7211, sendo verificados pelos ensaios segundo os métodos da NBR 7216, NBR 7217, NBR 7218 e NBR 7220, contidos na norma “Materiais para Concreto Armado — Especificações e Métodos de Ensaio” da ABNT.

A escolha dos agregados e a relativa granulometria estão sujeitas às modificações que a FISCALIZAÇÃO achar útil, baseadas nos ensaios e nas condições locais.



Verificar a procedência, a quantidade, e o local de armazenamento dos agregados, devendo estar isentos de materiais orgânicos como humus, siltes, carvão, etc.

Evitar a variabilidade dos agregados, esclarecendo junto aos fornecedores a qualidade desejada e solicitar rigoroso cumprimento no fornecimento.

O armazenamento dos agregados deverá ser feito em pilhas separadas, evitando a mistura de agregados de diferentes dimensões.

Considerar alturas máximas de armazenamento de 1,50m, diminuindo assim o gradiente de umidade, principalmente nas areias, evitando constantes correções na quantidade de água lançado ao concreto.

A designação areia aplica-se aos agregados com 4,76 mm de dimensão máxima (peneira ASTM no 4). A areia a ser utilizada na confecção do concreto deve ter sua qualidade aferida de acordo com as descrições da NBR 7221;

A água destinada ao amassamento do concreto deve ser límpida e isenta de teores prejudiciais de sais, ácidos, álcalis e substâncias orgânicas;

Deverão ser cortados todos os ferros de um mesmo diâmetro, antes de iniciar o trabalho com ferros de outro diâmetro;

Preparar um plano de corte, aproveitando, sempre que possível, o que sobrou do corte, reduzindo assim as perdas.

Para uma perfeita execução da estrutura, alguns requisitos deverão ser seguidos:

a) As formas devem ser executadas rigorosamente de acordo com as dimensões indicadas no projeto, e ter a resistência necessária para o lançamento do concreto;

b) Deverão ser estanques;

c) Devem ser projetadas para serem utilizadas o maior número possível de vezes.

Na concretagem devemos tomar algumas precauções, em relação as fôrmas, para que a estrutura não seja prejudicada:

a) Antes de concretar, as fôrmas devem ser limpas.

b) Antes de concretar, utilizar desmoldante nas formas.

c) Não colocar a agulha do vibrador entre a fôrma e as armaduras, para evitar danos aos painéis das formas.

Antes de proceder a mistura do concreto na obra, é necessário verificar as condições operacionais dos equipamentos disponíveis no local de trabalho e sua adequabilidade ao volume de concreto a ser produzido e transportado;

A dosagem dos materiais componentes de cada mistura será feita: - o cimento deve ser medido por número inteiro de sacos, - a brita e a areia por pesagem e a água pelo peso ou volume. Na medição desta última deve ser levada em conta a umidade dos agregados, para que seja assegurado o valor da relação água/cimento.

2. Procedimentos de Execução

Formas

As formas deverão ser cortadas seguindo rigidamente o projeto estrutural e de formas. A precisão de colocação das formas será de, mais ou menos, 5 mm.

A posição das formas (prumo e nível) deverá ser permanentemente verificada, especialmente durante o processo de lançamento do concreto. Quando necessário, a correção deverá ser



imediatamente efetuada, empregando-se cunhas, escoras e outros dispositivos apropriados. Para a reutilização das chapas compensadas a estanqueidade das formas deverá ser feita com calafetadores de elastômero do tipo silicone.

Armaduras

Corte e preparo da armação

Os ferros deverão ser estendidos, estirados e alinhados. Em seguida, serão cortados e dobrados a frio, conforme os desenhos do projeto estrutural.

Armação

A armação será executada sobre as próprias formas, no caso de vigas e lajes, usando-se afastadores adequados. No caso de pilares será executada previamente.

A fixação entre as barras será feita utilizando-se arame recozido nº 18. Os ferros deverão ser bem amarrados, mantendo-se os espaçamentos e as posições previstas no projeto estrutural.

Concreto

Na medição dos materiais o cimento deverá ser medido em massa, podendo ser adotado o valor de 50 kg por saco, a água de amassamento medida em volume por dispositivo dosador e os agregados medidos em volume. A umidade dos agregados deverá ser determinada pelo menos três vezes ao dia para correção da quantidade de água de amassamento. O volume, de agregado miúdo corrigido através da sua curva de inchamento. Para cada amassada os agregados deverão ser medidos utilizando-se um numero inteiro de caixas ou padiolas, dimensionadas com esse fim, para cada um dos agregados, e com massa inferior a 70 kg depois de cheias.

6.0 ALVENARIA

Os blocos cerâmicos deverão ser fabricados, adensados e bem queimados por processos que assegurem a obtenção de homogeneidade, sem defeitos ou deformações de moldagem e com textura de cor uniforme. Os blocos deverão ter arestas vivas, não devendo apresentar trincas, fraturas ou segregações que possam prejudicar sua resistência, permeabilidade ou durabilidade, quando assentados.

Os blocos cerâmicos de 08 furos (9x19x19cm) deverão estar em conformidade com a NBR-8042, 6461, 7170 e 6460, da ABNT e serem assentados em argamassa de 1: 2: 8 (cimento, cal e areia grossa).

6.2 ALVENARIA DE 1 VEZ, COM TIJOLOS DE OITO FUROS DEITADOS, ASSENTADOS EM AMASSA NO TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO: CAL HIDRATADA: AREIA GROSSA)

1. Recomendações



As alvenarias em tijolo cerâmico de 1 vez deverão ser executadas com tijolo cerâmico furado de 8 furos, deitados e obedecerão às dimensões e aos alinhamentos determinados no projeto estrutura;

As fiadas deverão ser perfeitamente niveladas, alinhadas e aprumadas;

Para o assentamento dos tijolos furados será utilizada a argamassa de cimento, cal hidratada e areia grossa, no traço 1:2:8 (cimento, cal hidratada e areia grossa).

2. Procedimentos de Execução

Efetuar a limpeza cuidadosa do local;

Verificar a altura das fiadas no projeto estrutura;

Utilizar a mangueira de nível para verificar o nivelamento das fiadas;

Verificar o prumo da alvenaria a cada fiada;

Assentar os tijolos com argamassa de cimento, cal hidratada e areia grossa, no traço 1:2:8 (cimento, cal hidratada e areia grossa), preenchendo também a junta vertical dos tijolos com argamassa.

7.0 REVESTIMENTO

O fornecimento e execução do chapisco sobre alvenaria será aplicado no traço 1:3 (cimento e areia grossa), com esp. de 0,5cm, preparo manual. O chapisco deverá preencher toda a área de alvenaria, evitando espaços vazios e uma melhor aderência do composto junto à alvenaria.

O fornecimento e execução do reboco externo será aplicado em massa única, desempolada, com argamassa de traço 1:2:8 (cimento, cal e areia média lavada), com preparo manual. A aplicação do emboço (massa única) em todas as alvenarias executadas e a executar, somente será iniciada após embutidas todas as canalizações e seus componentes projetados. O reboco deverá apresentar aspecto uniforme, com paramento plano, liso e bem acabado.

8.0 PINTURA

O muro receberá uma pintura à base de cal em 3 demãos

9.0 PISO

Antes do piso específico, será feita uma base niveladora no traço 1:4 (cim e areia) de 3cm.

O piso cimentado será constituído por uma camada de argamassa executada ao traço volumétrico de 1:4 (cimento e areia), com acabamento rústico e terá espessura de aproximadamente 2cm.

10.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS



Instalação de sistema de cerca elétrica industrial, conforme especificado em planilha, atendendo as prescrições, indicações, especificações, bem como as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e materiais que compõem o sistema.

De forma específica devem ser observados os seguintes normativos:

- NBR 5410 - Execução de instalações elétricas de baixa tensão;
- NBR 5474 - Eletrotécnica e Eletrônica – conectores elétricos;
- NBR 5471 – Condutores elétricos;
- Normas Americanas EIA/TIA;
- NBR 14565 – Normas de Cabeamento Estruturado para Rede Interna de Telecomunicações;
- ABNT NBR IEC 60335-2-76 - Trata especificamente sobre equipamentos eletrificadores de cercas;
- Normas da ABNT e do INMETRO;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive Normas de concessionárias de serviços públicos;
- Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA;
- Demais Normas pertinentes e as publicadas posteriormente à publicação destas especificações.

Central de Choque pulsativa industrial, com corrente de saída inofensiva a vida humana, com geração em corrente contínua de baixa tensão e disparo de sirene através do rompimento ou contato entre os fios.

11 LIMPEZA E ENTREGA DA OBRA

11.2 REMOÇÃO MANUAL DE ENTULHO

1. Recomendações

A CONTRATADA deverá ao longo da obra manter o canteiro de serviço limpo e organizado, removendo todo o entulho, periodicamente;

Os materiais provenientes da demolição, reaproveitáveis ou não, serão convenientemente removidos para locais indicados pela FISCALIZAÇÃO;

A critério da FISCALIZAÇÃO e obedecendo às prescrições e posturas propostas pela municipalidade, deverá ser utilizado, em área contígua à obra, caçambas de recepção e acondicionamento de entulhos;

Deverá ser verificado se a remoção do material demolido está sendo realizada de forma satisfatória, não prejudicando as condições de tráfego das vias utilizadas.

2. Procedimentos de Execução



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

Separar o entulho dentro da propriedade do CONTRATANTE, não colocando em via pública (rua ou calçada), transportando para a caçamba apenas materiais provenientes da obra, sem misturar com outros tipos de resíduos, como plástico ou restos de alimento.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

PARTE II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

PARTE III – COMPOSIÇÃO DE PREÇO



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

PARTE IV – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E B.D.I.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

ANEXO V – MODELO DE PLANILHA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

PARTE VI – MODELO DE TERMO DE VISTORIA

(Timbre da Empresa)

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Atestamos _____ que,
empresa _____ Responsável Técnico da
realizou na data de ____/____/20____, a vistoria referente
ao Certame denominado _____, nº ____, cujo objeto é a Contratação de
Empresa para **Obra de construção do muro do Depósito Judicial do Fórum da Comarca de
Campina Grande/PB**, declarando o mesmo, para os fins que se façam necessários que em
nome da empresa, tomou pleno conhecimento das condições locais e dos equipamentos,
abdicando assim a empresa a qual representa, do direito de alegar desconhecimento acerca de
qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços
objeto do presente certame.

Responsável da Empresa

João Pessoa, ____ de _____ de 2015.

(Endereço, telefones, e-mails)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

PARTE VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

(Timbre da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

A empresa _____, CNPJ nº _____, por intermédio do(a) Senhor(a) _____, indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento das condições locais e do serviço a ser prestado através do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade de vistoria “in loco”.

Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes.

Declaro que me foi dado acesso às dependências do local onde serão executados os serviços, através de cláusula expressa no Edital e Anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para prestar o serviço com as informações prestadas no Termo de Referência / Projeto Básico e no Edital

Responsável Técnico da Empresa

João Pessoa, ____ de _____ de 2015.

(Endereço, telefones, e-mails)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO



Estado da Paraíba
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

MINUTA DO CONTRATO ____/2015

TERMO DE CONTRATO N.º ____/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA E A EMPRESA _____ PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA NO DEPÓSITO JUDICIAL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.

CONTRATANTE: O Estado da Paraíba, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, com sede na Praça João Pessoa, s/nº, Centro, nesta cidade de João Pessoa – PB, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador _____, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe são conferidas.

CONTRATADA: A empresa _____, inscrita no C.G.C (MF) sob o n.º _____, estabelecida na Rua _____, Bairro _____, CEP ----- --, representada pelo Senhor _____, (a) da Cédula de Identidade n.º _____ – SSP/PB e CPF (MF) n.º _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por /estatuto social.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Administrativo nº 3343937-2 (316386-5, 316513-2 e 350353-4), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETOS

1. Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de construção do muro do Depósito Judicial do Fórum da Comarca de Campina Grande-PB, conforme especificações estabelecidas no Projeto Básico – Anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

1. O valor deste contrato é de R\$ _____ (_____).



CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão através da funcional programática: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão através da funcional programática: Unidade Orçamentária – _____ Função – _____ Subfunção – _____; Programa – _____; Projeto/Atividade – _____ – _____; Natureza da Despesa – _____ – ____; Fonte de Recurso – 100 e/ou Unidade Orçamentária – _____; Função – _____; Subfunção – _____; Programa – _____; Projeto/Atividade – _____; Natureza da Despesa – _____ Fonte de Recurso – 270.

CLÁUSULA QUARTA – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. O prazo para início da execução dos serviços é de 15 (quinze) dias corridos, contado da data de assinatura, pela Contratada, da Ordem de Serviço, emitida pela Gerência de Engenharia deste Tribunal de Justiça.
2. Será considerado como início da execução dos serviços a data em que a CONTRATADA estiver operando de acordo com os requisitos previstos no contrato, incluindo equipamentos, profissionais treinados, capacitados e no desempenho de suas atribuições.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo para execução do objeto contrato será de 90 (**noventa**) dias corridos, contados da data de assinatura, pela Contratada, da Ordem de Serviço, emitida pela Gerência de Engenharia deste Tribunal de Justiça.

O prazo de vigência deste contrato é de 12 meses, contado a partir da assinatura, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Cabe ao CONTRATANTE:
 - 1.1. prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA ou prepostos;
 - 1.2. efetuar o pagamento dos serviços executados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
 - 1.3. exercer a fiscalização dos serviços prestados, por meio de servidores designados;
 - 1.4. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações, além daquelas previstas nas Especificações Técnicas no Projeto básico e seus Anexos.
 - 1.1. responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo



CONTRATANTE;

- 1.2. manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na contratação;
- 1.3. formalizar a indicação de preposto da empresa e substituto eventual para a coordenação dos serviços e gestão administrativa do contrato;
- 1.4. cuidar para que o preposto mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas à execução dos serviços;
- 1.5. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados;
2. À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:
 - 2.1. encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:
 - 3.1. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
 - 3.2. a subcontratação de outra empresa para execução total ou parcial do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto é acompanhada e fiscalizada pela Gerência de Engenharia ou por representante do CONTRATANTE, devidamente designado, permitida a assistência de terceiros.
2. A homologação do(s) serviço(s) executado(s) cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.
2. A CONTRATADA deve informar o nome do preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

1. O recebimento do objeto do presente contrato obedecerá ao disposto nas alíneas “a” e “b”, do inciso I, do artigo 73 e seus parágrafos, da Lei n.º 8.666/93, e será procedido da seguinte forma:
2. Concluída a obra, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE por meio de carta entregue ao Fiscal do Contrato mediante contra recibo, para a entrega e aceitação da obra.
3. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO - Em até 15 (quinze) dias consecutivos após o recebimento da notificação mencionada no parágrafo anterior ou o término do prazo de execução contratual, o Fiscal do Contrato efetuará vistoria da obra, para fins de recebimento provisório.
4. Uma vez verificado o cumprimento de todas as condições contratuais, o Fiscal do Contrato receberá a obra provisoriamente, lavrando o Termo de Recebimento Provisório, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade CONTRATANTE.
5. Caso seja constatado o não-cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o Fiscal do Contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

CONTRATANTE, que adotará as medidas cabíveis. A fiscalização poderá recusar o recebimento provisório da obra caso haja inconformidades significativas com relação as especificações. No caso de inconformidades que não impeçam o recebimento provisório, estas serão relacionadas relatório circunstanciado e deverão estar corrigidas até o recebimento definitivo.

6. À CONTRATADA caberá, uma vez notificada, sanar as irregularidades apontadas no relatório circunstanciado, submetendo os itens impugnados a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias.

7. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO - Após o Recebimento Provisório, a autoridade CONTRATANTE designará servidor ou Comissão de Recebimento Definitivo, especialmente designados, que serão encarregados de vistoriar a obra para verificar o cumprimento de todas as obrigações contratuais e técnicas, e efetuar o Recebimento Definitivo.

8. O Recebimento Definitivo deverá ser feito em até 15 (quinze) dias consecutivos após o decurso do prazo de observação, que será de no máximo 90 (noventa) dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório da obra, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

9. No caso do cumprimento total e adequado aos termos do contrato, a Comissão receberá a obra definitivamente, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade CONTRATANTE.

10. No caso de a vistoria constatar a ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra ou falta de cumprimento de obrigações contratuais, a Comissão lavrará relatório de verificação circunstanciado, dirigido à autoridade CONTRATANTE, no qual relatará o que houver constatado e, se for o caso, juntará orçamento das despesas que se fizerem necessárias para corrigir ou refazer a obra, no todo ou em parte.

11. DAS FALHAS OU IRREGULARIDADES APONTADAS - O responsável pela Gerência de Engenharia, à vista do relatório circunstanciado de que trata o parágrafo anterior, deverá adotar uma das seguintes providências, independentemente da aplicação das sanções cabíveis:

a) notificar a CONTRATADA para sanar as irregularidades constatadas, no prazo a ser determinado na notificação, ao término do qual se deve proceder à nova vistoria; ou

b) aceitar a obra com o abatimento no preço correspondente ao orçamento apresentado pela comissão, e, se o valor da garantia for insuficiente para atender ao valor do mencionado orçamento, notificar a CONTRATADA para pagamento da diferença no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12. A falta do pagamento de que trata o Item 11 anterior, alínea b, acarretará a inscrição do débito em Dívida Ativa do Estado da Paraíba, pela competente Procuradoria da Fazenda Estadual, para fins de cobrança judicial, acrescido de correção monetária, juros de mora e demais encargos legais.

13. O Termo de Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita adequação do Projeto Executivo e execução da obra, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades ou incompatibilidades detectadas posteriormente, subsistindo a sua responsabilidade na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado após a execução de cada etapa dos serviços, consoante o cronograma físico-financeiro e medições correspondentes, até o 15º (décimo quinto) dia útil após a apresentação da nota fiscal correspondente, com atestado da execução dos serviços pela Gerência de Engenharia deste Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apensos: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

2. O pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer com a apresentação dos seguintes documentos:

- I - Registro da obra no CREA/PB;
- II - Matrícula da obra no INSS; e
- III - Relação dos Empregados - RE.

3. Caso a empresa CONTRATADA adiante a execução dos serviços, consequentemente adiantando a execução das etapas constantes no cronograma físico-financeiro, estando estes executados de acordo com as especificações constantes do projeto básico/executivo, poderá apresentar a nota fiscal/fatura correspondente, na forma acima citada, a qual, após estar devidamente atestada e encaminhada ao setor financeiro, poderá ser quitada, nos prazos previstos nesta Cláusula.

4. No caso da parcela relativa à última fase, o pagamento somente será efetuado após o Recebimento Provisório.

5. Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização. Não serão aprovados pela FISCALIZAÇÃO serviços executados de forma incompleta, tampouco pretensão de pagamento de material simplesmente adquirido ou posto na obra.

6. A discriminação e quantificação dos serviços considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as unidades medição, os preços unitários e os quantitativos do Orçamento Detalhado anexo ao contrato.

7. A CONTRATADA emitirá a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aquele de filial ou da matriz.

8. Na nota fiscal/fatura apresentada deverá ser destacado o valor da retenção das contribuições previdenciárias, com o título de “RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL”, conforme previsto na INSTRUÇÃO NORMATIVA MPS/SRP Nº 3, DE 14 DE JULHO DE 2005 – DOU DE 15/07/2005, e suas alterações.

9. Antes de qualquer pagamento a CONTRATADA deve apresentar nota fiscal/fatura de serviços, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao Fiscal do Contrato, para fins de liquidação e pagamento, bem como os seguintes documentos:

- 23- certidões ou certificados de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;
- 24- declaração de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES, se for o caso;
- 25- Cópia da Folha de Pagamentos;
- 26- Cópia dos holerites ou contracheques devidamente assinados pelos funcionários ou recibo de depósito bancário.
- 27- Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet;
- 28- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido



quando o recolhimento for efetuado pela Internet.

10. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.

11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

a) atestação de conformidade do serviço executado;

b) apresentação da comprovação discriminada no item 9 desta Cláusula;

12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{5,84/100}{365} \qquad I = 0,00016$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 5,84%.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da data do protocolo de entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica com correção monetária, em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário.

4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por



cento).

5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a título de garantia, a serem depositados junto ao Banco do Brasil, com correção monetária, em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário.

6. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

7. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TJPB com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

8. Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

9. Isenção de Responsabilidade da Garantia:

I - O TJPB não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) caso fortuito ou força maior;

b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

II - Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas “c” e “d” do inciso I, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

III - Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

1 – Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa nos termos deste contrato;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apensos: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça da Paraíba, pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante o Tribunal;

2 – Ressalvada a hipótese de força maior a inexecução parcial ou total das obras objeto desta tomada de preços, nos prazos fixados em cronograma aprovado pelo Tribunal sujeitará à contratada em relação a elas a aplicação das seguintes multas:

a) Multa diária correspondente a 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total contratado, BDI incluso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), por não ter iniciado o objeto contratado dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo TJPB;

b) Multa diária correspondente a 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total da respectiva atividade, BDI incluso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) por atraso em unidade de execução contratada, definido no cronograma físico-financeiro.

c) Multa diária correspondente a 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total contratado, BDI incluso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) por não cumprimento do prazo final de entrega dos serviços contratados;

d) Multa, por ocorrência, no valor correspondente a 0,1 % (um décimo por cento) sobre o valor total do contrato, BDI incluso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) por: recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; deixar de cumprir o artigo 4º da Resolução nº 156/CNJ Conselho Nacional de Justiça; permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a pessoa.

3 – A contratada deverá comunicar ao TJPB os fatos de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias da sua ocorrência e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;

4 – Multa de 20% do valor empenhado, quando a CONTRATADA:

a) Incorrer na inexecução total das obrigações assumidas;

b) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

d) apresentar comportamento inidôneo;

5 – Para os fins do item 4, alínea “d” reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

6 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao beneficiário da nota de empenho.



7 – Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o beneficiário da nota de empenho obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contatos da comunicação oficial.

8 – As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas, cumulativamente, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato (ou documento substitutivo dos contratos ex vi do art. 62 da Lei 8.666/93), deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, e sendo, consequentemente, descredenciado no SIREF do Estado da Paraíba.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.
2. A rescisão deste contrato pode ser:
 - 2.1. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;
 - 2.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
 - 2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
3. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
 - 3.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO À PROPOSTA

1. O presente contrato vincula-se aos termos:
 - 2.1. constante do Processo Administrativo nº 343937-2 (Apenso: 316386-5, 316513-2 e 350353-4);
 - 2.2. Projeto básico e seus anexos, elaborados pela Gerência de Engenharia;
 - 2.3. da proposta vencedora da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

1. Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem justas e acordes, assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que se produzam os efeitos legais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

João Pessoa (PB) ____ de ____ de 2015.

DESEMBARGADOR _____
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF:

RG:

NOME: _____

CPF:

RG:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

ANEXO III – Modelo de declaração de que não há superveniência de fato impeditivo para habilitação;

MODELO

(em papel timbrado da proponente)

DECLARAÇÃO

(Nome / Razão Social, por seu representante legal), infra assinado, DECLARA para os devidos fins e efeitos legais, sob as penalidades cabíveis, inexistir fato superveniente impeditivo de sua habilitação e que aceita integralmente todas as condições e exigências contidas no presente Edital.

Local e data

Nome e assinatura



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

ANEXO IV - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS

MODELO

(em papel timbrado da proponente)

(Nome / Razão Social, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data

Nome e assinatura

(Obs. Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

ANEXO V – TERMO DE COMPROMISSO

Através deste instrumento, assumo compromisso de não permitir ingresso nos quadros da minha empresa de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, ficando desde já ciente de que a inobservância dessa vedação acarretará a rescisão imediata do Credenciamento a ser celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

João Pessoa, _____ de _____ de 2015.

Representante da empresa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

.....(nome da empresa)....., inscrita no CNPJ sob o nº,
por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da
Carteira de Identidade nº, e do CPF nº, DECLARA, para fins do
disposto no Edital de **CONVITE nº 03_/2015**, sob as sanções Administrativas cabíveis e sob as penas da
Lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de
2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123/2006.

Local,dede 2015.

(nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)

OBS: Esta declaração deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitação, após a abertura da Sessão, antes e separadamente dos envelopes PROPOSTAS DE PREÇOS E HABILITAÇÃO, exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE CONVITE – Nº 003 /2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343.937-2 (Apenso: 316.386-5, 316.513-2 e 350.353-4)

ANEXO VII – R E C I B O

Recebi do Tribunal de Justiça da Paraíba uma cópia do Edital CONVITE nº _03/2015, que tem por objeto Contratação de empresa prestadora de serviços de construção e engenharia para obra de reforma e ampliação do muro do Depósito Judicial do fórum da Comarca de Campina Grande/PB, conforme especificações estabelecidas no **Projeto Básico – Anexo I deste Edital.**

Razão Social/Denominação: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Fax: _____

E-mail: _____

João Pessoa (PB), _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Representante da Empresa